



PREFEITURA DE MONTE ALTO



EDITAL Nº 164/2.022

(REGISTRO DE PREÇO DE MEDICAMENTOS)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2.022
PROCESSO SA/DL Nº 196/2.022

PREÂMBULO

- A sessão pública de processamento do Pregão será realizada no Centro de Convivência da Melhor Idade Benedito de Carvalho "Fio", na Avenida 15 de Maio, nº 502, credenciamento e início do pregão às 9:00 horas do dia 09 de novembro de 2.022 e havendo a necessidade de prorrogação a pregoeira definirá o horário de início da segunda sessão.
- A reunião será conduzida pela Pregoeira, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.
- Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, no dia da sessão inaugural do Pregão, logo após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar.

Maiores informações e esclarecimentos a respeito do presente Edital poderão ser obtidos na sede Administrativa da Prefeitura Municipal, na rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, nº 1.390, no Departamento de Licitações, ou pelo telefone (16) 3244-3113, ramais 3157 e 3158, ou, ainda, pelo correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br
Qualquer alteração ulterior será disponibilizada na página da Internet: www.montealto.sp.gov.br

A Prefeita do Município de Monte Alto torna público que se acha aberta nesta Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ sob nº. 51.816.247/0001-11, com sede administrativa à rua Dr. Raul da Rocha Medeiros, nº. 1.390, licitação na modalidade **PREGÃO (presencial)**, do tipo menor preço, abrigada nos autos do Processo Administrativo nº 196/2.022, conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Todos os procedimentos do presente certame obedecerão a Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, o Decreto nº 2.041, de 11 de março de 2.005, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

As propostas deverão atender todas as exigências e especificações constantes deste edital e dos anexos que dele fazem parte integrante.

Integram o presente edital:

Anexo I - Modelo de Proposta Comercial;

Anexo II - Minuta de Termo de Credenciamento;

Anexo III - Minuta de Ata de Registro de Preços;

Anexo IV - Declaração de cumprimento das condições de habilitação;

Anexo V - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo à sua habilitação;

Anexo VI - Termo de Opção e Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte; e,



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Anexo VII - Decreto Municipal nº 1.624, de 26 de junho de 2.001.

Caso sejam efetivadas as compras derivadas desta licitação, as despesas serão suportadas com os recursos orçamentários e financeiros próprios, com a seguinte classificação contábil:

02.07.02.00.10.301.0021.2.040.3.3.90.30.00

Ficha Analítica nº 368

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste pregão o registro de preços de medicamentos, relacionados no **Anexo I - Modelo de Proposta Comercial**, deste Edital, tudo conforme especificações, quantidade estimada e condições nele estabelecidas, visando aquisições futuras pela Secretaria Municipal de Saúde.

2 - DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Para os itens: 1 ao 338, do Anexo I, deste Edital, poderão participar deste pregão as empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências de credenciamento e de habilitação.

2.2 - Para os itens: 339 ao 341, do Anexo I, deste Edital, **somente poderão participar microempresas e empresas de pequeno porte** do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências de credenciamento e de habilitação.

2.3 - Estará impedida de participar a empresa que:

a) Esteja declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;

b) Tiver registrado no seu contrato social atividade incompatível com o objeto deste Pregão;

c) Empresas que estejam cumprindo sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública de Monte Alto, na forma do inciso III, do art. 87, da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;

d) Não consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14 (**esta alínea é aplicável somente para os licitantes que ofertarem proposta para os itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte**).

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O Representante da licitante deverá se apresentar para o credenciamento, munido de documento de identidade, na data e horário estipulados no preâmbulo para a realização da sessão.

3.1.1 - Tratando-se de Representante Legal (sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado), o credenciamento far-se-á por meio da apresentação do instrumento constitutivo da empresa (no original ou cópia autenticada por cartório ou pela Pregoeira ou



PREFEITURA DE MONTE ALTO



por um dos membros da Equipe de Apoio), no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2 - Tratando-se de Procurador, o credenciamento far-se-á por meio da apresentação de instrumento público de procuração ou de instrumento particular, do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do instrumento constitutivo da empresa, mencionado no **item 3.1.1**.

3.1.2.1 - O Anexo II, a critério da empresa licitante, poderá ser usado, acompanhado do instrumento constitutivo da empresa, mencionado no **item 3.1.1**.

3.2 - Ainda que a sessão seja pública e que possa ser assistida por qualquer pessoa, para fins de efetiva participação no pregão, será admitido tão somente **1 (um)** representante para cada licitante, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma empresa.

3.3 - Após o credenciamento, os representantes legais ou agentes credenciados apresentarão à Pregoeira, a declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme **Anexo IV**, deste Edital.

3.4 - Para o exercício do direito de preferência (**aplicável apenas para os itens destinados exclusivamente às microempresas de pequeno porte**), bem como para a fruição dos demais benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06, alterada posteriormente, a licitante deverá apresentar:

3.4.1 - Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo VI** deste Edital;

3.4.2 - quando optante pelo SIMPLES nacional: comprovante da opção pelo SIMPLES obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;

3.4.3 - quando não optante pelo SIMPLES nacional: declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

3.5 - Os documentos relacionados nos subitens 3.3 e 3.4 deverão ser apresentados FORA dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação).

4 - DA ENTREGA DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 - A Proposta e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados separadamente, em dois envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

Razão Social da empresa:
Envelope nº 1 - Proposta
Pregão nº 138/2.022
Processo SA/DL nº 196/2.022



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Razão Social da empresa:
Envelope nº 2 - Habilitação
Pregão nº 138/2.022
Processo SA/DL nº 196/2.022

5 - DA PROPOSTA

5.1 - A empresa licitante deverá apresentar sua proposta em impresso próprio e timbrado, nos termos do **Anexo I – Modelo de Proposta Comercial**, datilografado, impresso de forma digital ou preenchido a mão de forma legível, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas, sem cotações alternativas, datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, acompanhada da respectiva procuração/credenciamento, nos termos do **item 3.1.2**, caso não seja o próprio credenciado.

5.1.1 - Será aceita a proposta comercial impressa gerada no aplicativo disponibilizado pela Administração municipal, devidamente assinada pelo representante legal da licitante e desde que as declarações que constam nos incisos I, II e III, do Anexo I, deste Edital, sejam apresentadas no próprio documento ou documento separado.

5.1.2 - A proposta expressa deverá ser preenchida em moeda nacional, com duas casas decimais, no entanto, durante a sessão pública do pregão, na etapa de lances verbais, será admitido até quatro casas decimais.

5.1.3 - O licitante poderá ofertar mais de uma marca para o mesmo produto (insumo farmacêutico ativo), desde que o preço proposto seja único, não havendo a possibilidade de mais de um preço para o mesmo item.

5.1.4 - A proposta apresentada deverá constar a mesma sequência dos itens constante do Anexo I, ou seja, do número 1 ao número 341, para os itens em que a empresa licitante não apresentar proposta de preço, deverá constar o algarismo zero (0).

ATENÇÃO – NOVIDADE

5.2 - Para agilizar os procedimentos de digitação, juntamente com a proposta de preços escrita, recomenda-se que as empresas licitantes apresentem suas propostas digitais, gravada em *pen drive*, a ser entregue na sessão pública, no momento de abertura dos envelopes de proposta.

5.2.1 - Para a apresentação da proposta digital, o licitante utilizará o arquivo “Proposta Proc_196 PR_138”, através do aplicativo “Cotação Proc_196 PR_138”, ambos disponibilizados na página eletrônica da Prefeitura, junto ao aviso da licitação.

5.3 - Deverá estar consignado na proposta:

5.3.1 - a razão social e o CNPJ do Proponente, endereço, e-mail (se houver), telefone/fax e data;

5.3.2 - indicação da marca e respectivos preços unitários e totais para cada item e preço global em algarismos e por extenso, expressos em moeda corrente nacional, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, frete e demais encargos,



assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com a integral execução do objeto da presente licitação.

5.3.3 - Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1 - Para a habilitação das licitantes **regularmente cadastradas na Prefeitura Municipal de Monte Alto**, será exigida a seguinte documentação:

a) Cópia autenticada do Certificado de Registro Cadastral – CRC, em plena validade e com classificação pertinente à categoria objeto desta licitação;

b) cópia autenticada das certidões cuja validade estiver expirada.

6.2 - A regularidade da habilitação da licitante será atestada pela Pregoeira após diligência realizada pela Equipe de Apoio junto ao Departamento de Licitações.

6.3 - Os licitantes não cadastrados na Prefeitura Municipal de Monte Alto, para se habilitarem nesta licitação, deverão apresentar os seguintes documentos:

6.3.1 - Em relação à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

a) Prova de registro comercial, no caso de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, no caso de sociedades mercantis e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, no qual deverá estar contemplado, dentre os objetivos sociais, a execução de atividade da mesma natureza ou compatíveis com o objeto da licitação.

b.1) Dispensa-se a apresentação do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, desde que que apresentado por ocasião do credenciamento, na forma da Cláusula Terceira, deste Edital.

6.3.2 - Quanto à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**:

a) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa licitante que demonstre o fornecimento de medicamentos.

6.3.3 - Em relação à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;



PREFEITURA DE MONTE ALTO



c) Prova de regularidade para com as fazendas: Federal (incluindo as contribuições sociais), Estadual e Municipal (mobiliário) da sede ou domicílio da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação da CRF - Certificado de Regularidade do FGTS;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.4 - Os documentos indicados no **item 6.3**, deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticado pela Pregoeira ou por um dos membros da Equipe de Apoio no ato de sua apresentação.

6.5 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

6.6 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

6.7 - Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão, acarretará a inabilitação da proponente.

6.8 - A Pregoeira ou a Equipe de apoio diligenciará efetuando consulta direta na Internet nos “sites” dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico.

6.9 - Todas as empresas licitantes, **cadastradas ou não**, deverão apresentar os seguintes documentos:

6.9.1 - Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, do artigo 32, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme modelo esculpido no Anexo V, deste Edital;

6.9.2 - Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

7 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 - No horário e local, indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento das interessadas em participar do certame.

7.2 - Após o credenciamento, as licitantes entregarão à Pregoeira a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, de que trata o **item 3.5** deste Edital e, o envelope de Documentação de Habilitação.

7.3 - Nenhum outro documento será recebido, nem serão permitidos quaisquer acréscimos à proposta e documentação de habilitação, a partir da abertura do primeiro envelope de propostas.



7.4 - Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **menor preço unitário por item**, assim como as especificações técnicas e parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital.

7.4.1 - Será verificada a exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se à correção, no caso de eventuais erros e, havendo divergência entre os valores, prevalecerá o preço unitário. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.5 - A análise das propostas pela Pregoeira visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

7.5.1 - cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;

7.5.2 - que apresentem preço ou vantagem baseados em proposta das demais licitantes;

7.5.3 - que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste edital;

7.5.4 - que omitir o número do registro do medicamento na ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou que não corresponda ao número válido.

7.5.4.1 - Será desclassificado somente o item que descreva o medicamento o qual tenha sido omitido o número da ANVISA.

7.6 - Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas, a Pregoeira dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

7.7 - As propostas classificadas serão selecionadas para a **etapa de lances**, com observância dos seguintes critérios:

7.7.1 - Serão proclamadas pela Pregoeira as propostas de menor preço e as propostas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela;

7.7.2 - Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). Na hipótese de empate, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.7.3 - A Pregoeira convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma verbal e sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e, os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.7.4 - A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim, sucessivamente, até a definição completa da ordem de lances.

7.8 - Para efeito de seleção será considerado o preço unitário do item.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



7.9 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7.10 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todas as participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.11 - Após este ato, serão classificadas, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta no **item 9** e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

7.12 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

7.13 - A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.14 - A Pregoeira examinará a aceitabilidade do preço ofertado pela primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito.

7.14.1 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pela Administração Municipal, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.15 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do seu autor.

7.15.1 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação.

7.15.2 - A verificação será certificada pela Pregoeira, anexando aos autos documentos passíveis de apresentação e substituição, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.15.3 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no caso de verificação por esse meio hábil de informações. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será considerada inabilitada.

7.16 - Constatado o atendimento pleno dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será considerada habilitada e declarada vencedora do certame.

7.16.1 - Se a oferta não for aceitável, ou se a proponente não atender às exigências de habilitação, a Pregoeira examinará as ofertas subsequentes de menor preço, na classificação, podendo negociar com os respectivos autores, até a apuração de uma proposta que, verificada sua aceitabilidade e a habilitação da proponente, será declarada vencedora.

7.17 - Da reunião será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela Pregoeira, equipe de apoio e pelas proponentes.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



7.18 - A Pregoeira, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

7.19 - Este subitem é aplicável às propostas apresentadas para os itens do Anexo I, deste Edital, abertos à participação de todas licitantes interessadas:

7.19.1 - Havendo propostas ou lances, conforme o caso, de microempresas ou empresas de pequeno porte, com intervalo de até 5% (cinco por cento) superiores à licitante originalmente melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos do artigo 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer propostas.

7.19.2 - Não sendo exercido o direito de preferência com apresentação de proposta/lance inferior pela microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento de lances a contar da convocação da Pregoeira, ocorrerá a preclusão e a contratação da proposta originariamente mais bem classificada, ou revogação do certame.

7.19.3 - O instituto da preferência da contratação no exame das propostas previsto no presente edital, somente se aplicará na hipótese da proposta inicial não ter sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.20 - A Pregoeira deverá comparar os preços apresentados com atuais praticados no mercado ou até mesmo propostos em licitações anteriores, utilizando-se da pesquisa realizada, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento, e / ou de todos os meios possíveis para a correspondente verificação.

7.21 - A Pregoeira pode solicitar a demonstração da exequibilidade dos preços propostos após o término da fase competitiva e, ao mesmo tempo, o proponente de menor preço tem o dever de portar informações acerca dos custos (planilhas e demonstrativos) em que incorrerá para o atendimento do objeto do **PREGÃO**, suficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço que apresentar.

7.22 - A não apresentação dos elementos referidos no subitem anterior ou a apresentação de elementos insuficientes para justificar a proposta escrita de menor preço ou o lance verbal de menor preço acarretará a desclassificação do proponente, salvo rasuras que não comprometam partes essenciais.

7.23 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o **envelope** contendo os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da sua proponente, facultando-lhe o saneamento da documentação de natureza declaratória na própria sessão.

7.24 - Para efeito de saneamento, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e / ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, *fac-símile*, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is).

7.25 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, somente será exigida para efeito da assinatura da Ata de Registro de Preços;



PREFEITURA DE MONTE ALTO



7.26 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

7.27 - Aberto o envelope de “documentação”, em havendo restrição quanto a regularidade fiscal e trabalhista, fica concedido um prazo de 5 (cinco) dias úteis à microempresa ou empresa de pequeno porte, para sua regularização, prorrogável por igual período mediante justificativa tempestiva e aceita pela pregoeira, nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 43, da Lei federal nº 123/06, alterada posteriormente.

7.28 - A não regularização fiscal e trabalhista no prazo estabelecido na cláusula anterior, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociar nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

7.28.1 - A decadência do direito à contratação, ocasionada pela não regularização da documentação de regularidade fiscal e trabalhista poderá ensejar a sanção administrativa, nos termos do artigo 81, da Lei federal nº 8.666/93.

7.29 - Para efeito de saneamento, a correção da(s) falha(s) formal(is) poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e / ou substituição de documento(s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, *fac-símile*, ou ,ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o(s) efeito(s) indispensável(is).

7.30 - Constatado o atendimento das exigências habilitatórias previstas no **EDITAL**, a proponente será declarada vencedora.

7.31 - Se a oferta não for aceitável ou se a proponente desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente de menor preço, decidindo sobre sua aceitabilidade quanto ao preço, no caso de oferecimento de lances, ou quanto ao objeto e preço, na hipótese de não realização de lances verbais, observadas as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

7.32 - Sendo a proposta aceitável, a Pregoeira verificará as condições de habilitação da proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja proponente atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora; observando-se igualmente as previsões estampadas nos subitens antecedentes.

8 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1 - Com até 2 (dois) dias úteis anteriores da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

8.1.1 - Os esclarecimentos serão disponibilizados na página da internet, www.montealto.sp.gov.br.

8.2 - As impugnações podem ser protocoladas diretamente no Departamento de Licitações ou através do correio eletrônico licita@montealto.sp.gov.br, dirigidas ao subscritor do edital.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



8.2.1 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização do certame.

8.3 - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

8.4 - Dos atos da Pregoeira cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias corridos para a apresentação escrita das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.4.1 - A ausência de manifestação imediata e motivada pela licitante na sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.4.2 - Na hipótese de interposição de recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.4.3 - Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

8.4.4 - O recurso contra decisão da Pregoeira terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 - DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

9.1 - A ata de registro de preços, que formaliza uma promessa de contratação de cunho irrevogável para o licitante vencedor, ou para o particular que concordar em executar o objeto da licitação pelo preço daquele, será subscrita pelo convocado e pela autoridade que rubricou/assinou o edital, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação publicada em resumo no Diário Oficial do Município.

9.1.1 - O licitante convocado que deixar de assinar a ata no prazo fixado, dela será excluído. A recusa equivale à infração prevista no artigo 81, do vigente Estatuto das Licitações e Contratos, sujeitando-o à aplicação da multa fixada no artigo 2º, do Decreto nº 1.624, de 26 de junho de 2.001.

9.2 - O registro de preços terá validade de 6 (seis) meses, cujo prazo iniciar-se-á a partir da data da publicação da respectiva ata.

9.3 - O cancelamento do registro de preços ocorrerá quando o fornecedor:

9.3.1 - recusar-se a retirar o instrumento contratual equivalente, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

9.3.2 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;



PREFEITURA DE MONTE ALTO



9.3.3 - for declarado inidôneo ou impedido de contratar com a Administração, nos termos dos artigos 7º. e 87, respectivamente, das Lei Federais nº. 8.666/93, alterada posteriormente, e, nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002.

9.4 - A adjudicatária deverá apresentar, no momento da lavratura da ata de registro de preços comprovação de vistoria fornecido pelo serviço de vigilância sanitária estadual ou municipal, ou pelo serviço de inspeção federal ou estadual ou municipal, através de qualquer documento oficial que demonstre que a empresa está apta para seu funcionamento regular.

9.5 - A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas na licitação, apresentando documentação revalidada se, no curso do contrato, algum documento perder a validade.

9.6 - Não será exigida a prestação de garantia contratual, conforme faculdade insculpida no artigo 56, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada posteriormente.

9.7 - Se, por ocasião da formalização da ata de registro de preços, as certidões de regularidade de débito da adjudicatária perante a Fazenda nacional (incluindo as contribuições sociais) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) estiverem com os prazos de validade vencidos, a Administração municipal verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

9.7.1 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata este item, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

9.8 - Quando a adjudicatária não apresentar a situação regular de que trata o **subitem 9.7.1** anterior, ou recusar-se a celebrar a ata de registro de preços, serão convocadas as demais licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.

9.8.1 - Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 2 (dois) dias úteis, a partir da divulgação do aviso através do Diário Oficial do Municipal - DOM e da veiculação na Internet.

9.9 - O objeto da presente licitação poderá sofrer, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, nos termos do artigo 65, § 1º, do Estatuto das Licitações.

10 - DO FORNECIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

10.1 - O objeto desta licitação deverá ser entregue em 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento, na rua Jeremias de Paula Eduardo, nº 2320, correndo por conta da contratada todas as despesas de transporte, embalagem, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



10.2 - Os medicamentos deverão ter o prazo de validade de no mínimo 12 meses, contado a partir da entrega.

10.3 - Só serão emitidos atestados de recebimento se os medicamentos entregues estiverem plenamente de acordo com as especificações constantes deste edital e seus anexos.

10.4 - As parcelas deverão ser entregues em quantidades de acordo com as necessidades de consumo, acompanhada da nota fiscal.

10.5 - A empresa adjudicatária obriga-se a entregar qualquer que seja a quantidade dos medicamentos dos preços registrados, não sendo admitido o acúmulo de pedidos para entrega posterior.

10.6 - Só serão emitidos atestados de recebimento se os medicamentos entregues estiverem plenamente de acordo com as especificações constantes deste edital e seus anexos.

11 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

11.1 - Na impossibilidade de se examinar detalhadamente os produtos no momento da entrega, estes serão recebidos provisoriamente em até 2 (dois) dias úteis da data do feito, cuja comprovação dar-se-á através de aposição de carimbo próprio em qualquer espaço da nota fiscal.

11.2 - O recebimento definitivo do objeto dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório, desde que o encarregado da seção administrativa conclua pela conformidade e aceitação das especificações e quantidades contratadas, mediante recibo passado no verso do documento fiscal correspondente.

11.2.1 - Na hipótese de confirmação de defeitos ou divergências quanto às características dos produtos contratados, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a sua substituição, vedada a aplicação de qualquer penalidade durante esse período.

11.2.2 - Caso seja constatada diferença a menor de quantidades, o prazo máximo para a complementação será de 5 (cinco) dias, com início a partir da notificação.

11.3 - Conforme o protocolo ICMS 42/09, ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2.013, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

12 - DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1 - O pagamento pelo fornecimento do objeto desta licitação será efetuado em 30 (trinta) dias, contados a partir da efetiva entrega dos produtos, atestada pelo recibo de que trata o **item 11.2** anterior.

12.2 - O pagamento será processado através de ordem ou depósito bancário em conta corrente indicada pela empresa contratada em sua proposta comercial.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



12.3 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à liquidação da despesa contenham incorreções.

12.4 - A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente na sede da Administração Municipal.

12.5 - O pagamento efetuado em desacordo com o estabelecido no antecedente item 12.1, será compensado por juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró rata tempore” em relação ao atraso verificado.

13 - DAS SANÇÕES

13.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Monte Alto, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa física ou jurídica que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, c.c o artigo 9º, do Decreto nº 2.041, de 11 de março de 2.005.

13.2 - A sanção de que trata o item anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas moratórias previstas no Decreto nº 1.624, de 26 de junho de 2.001, integrante deste Edital, garantido o exercício da prévia e ampla defesa.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2 - O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município e no endereço eletrônico www.montealto.sp.gov.br.

14.3 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Município.

14.4 - Após a celebração do contrato, os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada, pelo prazo de cinco dias, findo o qual serão inutilizados.

14.5 - Os casos omissos do presente **Pregão** serão solucionados pela Pregoeira.

14.6 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Monte Alto.

Monte Alto, 20 de outubro de 2.022.

Maria Helena Aguiar Rettondini
Prefeita Municipal



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO I MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO Nº 138/2.022
PROC. SA/DL Nº 196/2.022
OBJETO: Registro de preços de medicamentos.

Instruções:

1 - A presente **Planilha de Proposta** deve ser utilizada pelo licitante, bastando preenche-la nos campos próprios e será considerada para todos os efeitos, como sua **proposta comercial**. Depois de assinada, deve ser colocada no **envelope nº 01 "Proposta"** de que trata o capítulo 5.1 do Edital.

2 - A parte sombreada correspondente às exigências da Administração Municipal. A parte não sombreada é destinada ao licitante para apresentar sua cotação.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade estimada	Marca ofertada	Indicação da quantidade da embalagem	Número registro ANVISA	Valor unitário ofertado R\$	Valor subtotal R\$
ITENS ABERTOS À PARTICIPAÇÃO DE TODAS AS LICITANTES INTERESSADAS								
1	Acebrofilina 10 mg/ml xarope adulto	uni	2000					
2	Acebrofilina 5mg/ml xarope pediátrico	uni	2000					
3	Acetato de dexametasona 4 + cianocobalamina 500 mcg+tiamina 100 mg+piridoxina 100 mg injetável	uni	2000					
4	Acetato de medroxiprogesterona 150 mg/ml injetável	uni	1500					
5	Acetilcisteína 100 mg/ml injetável	uni	500					
6	Aciclovir creme	uni	5000					
7	Aciclovir 200 mg	cp	20000					
8	Acido acetilsalicílico 100 mg	cp	200000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



9	Ácido fólico 5 mg	cp	35000					
10	Ácido Tranexâmico 250 mg	cp	2000					
11	Ácido tranexâmico 50 mg/ml c/ 5 ml inj	unid	500					
12	Acido Valproico 250 Mg	cp	60000					
13	Ácido valproico 250mg/5ml xarope – frasco com 100ml	uni	1000					
14	Ácido valpróico 500 mg	cp	35000					
15	Adenosina 3 mg/ml injetável	unid	200					
16	Adrenalina 1 mg/ml injetável	uni	500					
17	Água para injeção 500 ml sistema fechado	uni	5000					
18	Água, alginato de cálcio, carboximetilcelulose, propilenoglicol e imidazolidinilureia-85gr	uni	300					
19	Albendazol 40 mg/ml suspensão	uni	1500					
20	Albendazol 400 mg	cp	2000					
21	Alopurinol 300 mg	cp	35000					
22	Alprazolam 1 mg	cp	112000					
23	Alteplase 50mg/50ml	unid	100					
24	Ambroxol 15 mg/5ml	unid	2000					
25	Ambroxol 30 mg/5 ml	unid	2000					
26	Amicacina 250 mg/ml c/ 2 injetável	uni	500					
27	Amicacina 50 mg/ml c/2 ml injetável	uni	500					
28	Aminofilina 100mg	cp	8000					
29	Aminofilina 240mg/10ml injetável	unid	1000					
30	Amiodarona 200 mg	cp	35000					
31	Amitriptilina 25 mg	cp	250000					
32	Amitriptilina 75 mg	cp	12000					
33	Amoxicilina 250 mg/5ml suspensão	uni	1000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



34	Amoxicilina 400 mg/5ml +clavulanato potássio 57 mg/5ml suspensão c/ 70 ml	uni	1000					
35	Amoxicilina 500mg	cp	25000					
36	Amoxicilina 875 mg + clavulanato de potássio 125 mg	cp	15000					
37	Anlodipino 10 mg	cp	32000					
38	Anlodipino 5 mg	cp	300000					
39	Atracúrio 10 mg/ml c/ 5 ml	unid	500					
40	Azitromicina 200 mg/5ml suspensão	uni	1000					
41	Azitromicina 500 mg	cp	30000					
42	Benzil penicilina benzatina 1 200 000 UI	uni	1500					
43	Benzilpenicilina procaína 300 000 UI + benzilpenicilina potássica 100 000 UI	uni	500					
44	Betametasona 0,05 mg/ml+dexclorfeniramina 0,4 mg/ml líquido 120ml	uni	3000					
45	Bicarbonato de sodio 8,4% c/ 10 ml injetável	uni	500					
46	Biperideno 2 mg Embagem Fracionada	cp	40000					
47	Biperideno 5mg/ml injetável	uni	500					
48	Bisacodil 5mg	cp	2000					
49	Borato de 8 – hidroxiquinolona 0,04% + trolamina 14% - solução otológica	uni	400					
50	Brometo de ipratrópio 0,25mg/ml solução de 20ml	uni	100					
51	Brometo de Otilônio 40 mg	cp	4000					
52	Bromidrato de fenoterol 0,5% gotas 20ml	unid	200					
53	Bromoprida 10 mg	cp	30000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



54	Bromoprida 4 mg/ml gotas c/ 20 ml	uni	400					
55	Bromoprida 5mg/ml injetável	uni	3000					
56	Budesonida 32 mcg susp nasal 120 doses	unid	3000					
57	Bupropiona 150mg	cp	35000					
58	Butilbrometo de escopolamina 4mg/ml+dipirona 500 mg/ml injetável	uni	3000					
59	Butilbrometo de escopolamina 6,67 mg/ml+dipirona 333,40 mg/ml c/ 20 ml gotas	uni	400					
60	Butilbrometo de escopolamina+dipirona 10/250 mg	cp	20000					
61	Butilbrometo de escopomina 20mg/ml injetável	uni	1000					
62	Captopril 25 mg	cp	35000					
63	Carbamazepina 20 mg/ ml xarope c/ 100 ml	uni	2000					
64	Carbamazepina 200 mg Embalagem Fracionada	cp	150000					
65	Carbonato de lítio 300 Mg Embalagem Fracionada	cp	55000					
66	Carvedilol 12,5 mg	cp	40000					
67	Carvedilol 25 mg	cp	50000					
68	Carvedilol 3,125 mg	cp	10000					
69	Carvedilol 6,25 mg	cp	25000					
70	Cefalexina 250 mg/5ml suspensão c/ 100 ml	uni	1000					
71	Cefalexina 500 Mg	cp	20000					
72	Ceftriaxona 1 g EV e IM	uni	5000					
73	Ceftriaxona 500 mg IM	uni	1000					
74	Cetoconazol 200 mg	cp	15000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



75	Cetoconazol 20mg/g+dipropionato de betametasona 0,5mg/g + sulfato de neomicina 2,5mg/g – creme c/30 gramas	uni	400					
76	Cetoprofeno 20 mg/ml gotas c/ 20ml	uni	500					
77	Cetoprofeno 50 mg/ml injetável EV	unid	15000					
78	Cianocobalamina 5000 mcg+cloridrato de tiamina 100 mg+ cloridrato de piridoxina 100 mg injetável	uni	4000					
79	Ciclopentolato 1% colírio	unid	100					
80	Cilostazol 100 mg	cp	40000					
81	Cilostazol 50 mg	cp	30000					
82	Cinarizina 25 mg	cp	6000					
83	Cinarizina 75 mg	cp	15000					
84	Ciprofloxacino 500mg	cp	15000					
85	Cisatracúrio 2mg/ml c/ 10 ml	unid	500					
86	Citrato de tamoxifeno 10mg	cp	3000					
87	Citrato de tamoxifeno 20 mg	cp	2000					
88	Clindamicina 300mg	cp	4000					
89	Clomipramina 10 mg	cp	2000					
90	Clonazepam 2,5 mg/ml gotas	uni	1500					
91	Clonazepam 2mg Embalagem Fracionada	cp	250000					
92	Clonidina 0,150 mg	cp	60000					
93	Clopidogrel 75 mg	cp	60000					
94	Cloreto de potássio 19% injetável	uni	1000					
95	Cloreto de potássio 6% suspensão c/ 100 ml	uni	800					
96	Cloreto de sódio 0,9% gotas c/ 60 ml	uni	400					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



97	Cloreto de sódio 0,9% c/ 10 ml	unid	2000					
98	Cloreto de sódio 20% injetável c/ 10 ml	uni	150					
99	Cloreto de Sódio+Citrato de Potássio+Citrato de Sódio+Glicose (Sais para Rehidratação)	saches	1000					
100	Cloreto de suxametonio 100mg injetável	unid	800					
101	Cloreto de suxametonio 500mg injetável	unid	200					
102	Cloridrato de amilorida 5 mg +hidroclorotiazida 50 mg	cp	20000					
103	Cloridrato de clomipramina 25mg	cp	60000					
104	Cloridrato de clorpromazina 100mg Embalagem Fracionada	cp	25000					
105	Cloridrato de clorpromazina 4% 40 mg/gotas c/ 20ml	uni	200					
106	Cloridrato de dopamina 50 mg/10ml	unid	100					
107	Cloridrato de etilefrina 10 mg/ml injetável	cp	150					
108	Cloridrato de fluoxetina 20mg	cp	200000					
109	Cloridrato de Hidralazina 25 mg	cp	15000					
110	Cloridrato de Hidralazina 50 mg	cp	30000					
111	Cloridrato de idocaína 2%, sem vaso constritor c/ 20 ml	uni	200					
112	Cloridrato de imipramina 25 mg Embalagem Fracionada	cp	30000					
113	Cloridrato de lidocaína 2% + epinefrina 1:200000 – solução injetável –c/ 20 ml	uni	300					
114	Cloridrato de naltrexona 50 mg	cp	500					
115	Cloridrato de nortriptilina 25 mg	cp	40000					
116	Cloridrato de nortriptilina 50mg	cp	3000					
117	Cloridrato de prometazina 25mg Embalagem Fracionada	cp	15000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



118	Cloridrato de prometazina 25mg/ml c/ 2 ml injetável	uni	1000					
119	Cloridrato de sertralina 50 mg	cp	300000					
120	Cloridrato de tetracaína + cloridrato de fenilefrina colírio com 10ml	unid	100					
121	Cloridrato de tiamina 300mg	cp	40000					
122	Cloridrato de tioridazina 100mg	cp	3000					
123	Cloridrato de tioridazina 50mg	cp	2000					
124	Cloridrato de tramadol 50mg Embalagem Fracionada	cp	20000					
125	Cloridrato de venlafaxina 75mg liberação prolongada	cp	200000					
126	Cloridrato de verapamil 2,5 mg/ml injetável c/ 2 ml	uni	500					
127	Clorpromazina 25 mg	cp	20000					
128	Clorpromazina 5 mg/5ml inj	unid	200					
129	Clortalidona 50 mg	cp	20000					
130	Colagenase com cloranfenicol pomada c/ 30 g	uni	2000					
131	Complexo B injetável c/ 2 ml	unid	10000					
132	Cumarina+troxerrutina 15/90 mg	cp	280000					
133	Deltametrina shampoo c/ 100 ml	uni	200					
134	Deslanosídeo 0,4 mg injetável	unid	200					
135	Desoxirribunuclease+fibrinosilina+cloranfenicol c/ 30 gr	uni	200					
136	Dexametasona 0,1 % sol oftálmica 5 ml	unid	150					
137	Dexametasona 0,1% + sulfato de neomicina 0,35% + sulfato de polimixina B 6000 UI colírio com 5 ml	uni	100					
138	Dexametasona 4 mg	cp	6000					
139	Dexametasona 4 mg/ml injetável	uni	8000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



140	Dexametasona creme 1% de uso tópico	cp	4000					
141	Dexclorfeniramina 0,04% solução	unid	2000					
142	Dexclorfeniramina 2 mg	cp	4000					
143	Dexclorfeniramina 6 mg	cp	4000					
144	Dexclorfeniramina+betametasona 0,4mg/ml+0,05mg/ml	unid	8000					
145	Dextrano 70 + hipromelose colírio	uni	1500					
146	Diazepam 10mg Embalagem Fracionada	cp	70000					
147	Diazepam 5 mg Embalagem Fracionada	cp	5000					
148	Diclofenaco 75m injetável	unid	3000					
149	Diclofenaco de sódio 50 mg	cp	5000					
150	Diclofenaco gotas 15 mg/ml c/ 20 ml	uni	500					
151	Digoxina 0,25 mg	cp	8000					
152	Dimenidrinato + vit B6 + Glicose e D-Frutose (DL)	uni	4000					
153	Dimenidrinato 25 mg/ml +piridoxina 5 mg/ml c/ 20 ml gotas	uni	200					
154	Dimenidrinato 50 mg+ piridoxina 10 mg	cp	20000					
155	Dimenidrinato+piridoxina 50 mg/ml c/ 1 ml injetável	uni	200					
156	Dimeticona 75mg/ml gotas c/ 10 ml	uni	800					
157	Dipirona 500mg/ml c/ 2ml injetável	uni	20000					
158	Dipirona sódica 500 mg	cp	150000					
159	Dipirona sódica 500 mg/ml c/ 10 ml gotas	uni	6000					
160	Dipropionato de betametasona 5 mg/ml + fosfato dissodico de betametasona 2 mg/ml injetável	uni	3000					
161	Divalproato de sódio 250 mg	cp	40000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



162	Dobutamina 250 mg/ml c/ 20 ml	uni	500					
163	Domperidona 1 mg/ml c/ 100 ml suspensão	uni	500					
164	Domperidona 10 mg	cp	50000					
165	Doxazosina 2mg	cp	125000					
166	Doxiciclina 100mg	cp	1500					
167	Efedrina 50 mg/ml	unid	200					
168	Enantato de norestisterona 50 mg+valerato de estradiol 5 mg injetável c/ 1 ml	uni	400					
169	Enoxaparina sódica 20 mg injeção subcutânea	uni	1000					
170	Enoxaparina sódica 40 mg injeção subcutânea	uni	2000					
171	Epinefrina 1 mg/ml c/ 1 ml	uni	1000					
172	Espiro lactona 100mg	cp	8000					
173	Espiro lactona 25mg	cp	50000					
174	Estriol 1mg creme vaginal 50gr+aplicador	uni	80					
175	Estrógenos conjugados 0,625 mg	cp	18000					
176	Etomidato EV 2 mg/ml	unid	200					
177	Fenitoina 100mg Embalagem Fracionada	cp	50000					
178	Fenitoina 50 mg/ml c/ 5 ml injetável	cp	200					
179	Fenobarbital 100 Mg Embalagem Fracionada	cp	30000					
180	Fenobarbital 100 mg/ml c/ 2 ml injetável	uni	200					
181	Fenobarbital 4% gotas c/ 20ml	uni	300					
182	Fentanila 50 mcg/ml 10 ml injetável	unid	2000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



183	Ferrocarril (como ferro) 120 mg+ nitrato de tiamina 4 mg + riboflavina 1 mg + cloridrato de piridoxina 1 mg+ cianocobalamina 25 mcg+ nicotinamida 10 mg + ácido fólico 2 mg + pantotenato de cálcio 2 mg	cp	15000					
184	Finasterida 5mg	cp	45000					
185	Fitomenadiona 10mg/ml c/ 1ml injetável	uni	200					
186	Fluconazol 150 mg	cp	3000					
187	Flufenazina depot 25mg/ml c/ 1 ml injetável	uni	500					
188	Flumazenil 0,1mg/ml c/ 5ml	uni	200					
189	Fluocinolona + sulfato de polimixa B + Sulfato de neomicina + cloridrato de lidocaina	uni	300					
190	Fluoresceína 1% colírio	unid	50					
191	Folinato de Cálcio 15 mg	cp	500					
192	Furosemida 10 mg/ml c/ 2 ml injetável	uni	1500					
193	Furosemida 40mg	cp	70000					
194	Gentamicina 40 mg/ml c/ 1 ml injetável	uni	500					
195	Glibenclamida 5 mg	cp	8000					
196	Glicazida 30 mg	cp	100000					
197	Glicazida 60 mg	cp	120000					
198	Gliconato de cálcio 10% injetável c/ 10 ml	uni	200					
199	Glicose 25% c/ 10 ml injetável	uni	2000					
200	Glicose 50% c/ 10 ml injetável	uni	3000					
201	Glimepirida 4mg	cp	25000					
202	Haloperidol 2 mg solução frasco c/ 20 ml	uni	500					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



203	Haloperidol 5 mg Embalagem Fracionada	cp	18000					
204	Haloperidol 5 mg EV/IM	unid	500					
205	Haloperidol decanoato 50 mg/ml injetável	uni	800					
206	Heparina sódica 5000UI/0,25mg-origem animal sub cutânea	unid	3000					
207	Hidralazina 20 mg/ml c/ 1 ml	unid	200					
208	Hidralazina 25 mg	cp	60000					
209	Hidroclorotiazida 25 mg	cp	20000					
210	Hidrocortisona + polimixina B + Sulfato de neomicina solução otologica	uni	200					
211	Hidrocortisona 500mg injetável	uni	1000					
212	Hidróxido de alumínio c/ 240 ml	uni	500					
213	Ibuprofeno 100 mg/ml c/ 20 ml gotas	uni	1500					
214	Ibuprofeno 300 mg	cp	8000					
215	Ibuprofeno 50 mg/ml gotas	uni	1500					
216	Ibuprofeno 600mg	cp	8000					
217	Imipenem Monoidrato 500 Mg+Cilastina De Sódio 500 Mg IV C/ 20 ml	uni	200					
218	Imunoglobulina humana específica anti-D 300 mcg	unid	30					
219	Indapamida 1,5 mg	cp	30000					
220	Isossorbida sub lingual 5 mg	cp	300					
221	Itraconazol 100mg	cp	3000					
222	Ivermectina 6 mg	cp	5000					
223	Lactulose 667 mg/ml xarope	unid	1500					
224	Levodopa + benserazida 100/25 dispersível	cp	10000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



225	Levodopa + benserazida 100/25 HBS	cp	8000					
226	Levodopa + benserazida 200/50 mg	cp	10000					
227	Levofloxacino 500mg	cp	4000					
228	Levomepromazina 100mg Embalagem Fracionada	cp	10000					
229	Levomepromazina 25mg Embalagem Fracionada	cp	15000					
230	Levomepromazina 4% gotas	uni	300					
231	Levonorgestrel 0,15mg+etinilestradiol 0,03mg c/ 21 cp	cx	500					
232	Levonorgestrel 0,75	cp	500					
233	Levotiroxina 100 mg cpr sulcado	cp	50000					
234	Levotiroxina 125 mg cpr sulcado	cp	30000					
235	Levotiroxina 25 mg cpr sulcado	cp	150000					
236	Levotiroxina 50 mg	cp	80000					
237	Lidocaína 10% spray pump 50 ml	uni	200					
238	Lidocaína 2% com vasoconstritor 20 ml	unid	500					
239	Lidocaína 2% sem vasoconstritor c/ 5 ml injetável	uni	4000					
240	Lidocaína gel 2%	uni	1000					
241	Loratadina 1 mg/ml c/ 100 ml	uni	500					
242	Loratadina 10 mg	cp	40000					
243	Lorazepam 2mg	cp	50000					
244	Meropeném tri-hidratato 1 g frasco-ampola	uni	200					
245	Mesilato de diidroergotamina 1 mg+dipirona sódica 350 mg+cafeína 100 mg	cp	10000					
246	Metildopa 250 mg	cp	3000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



247	Metilergometrina 0,2mg injetavel	uni	800					
248	Metilfenidato 10 mg	cp	10000					
249	Metilprednisolona 40 mg/ml c/ 2 ml injetavel	unid	200					
250	Metoclopramida 10 mg	cp	2000					
251	Metoclopramida 4mg/ml gotas	unid	500					
252	Metotrexato 2,5 mg	cp	4000					
253	Metronidazol 100 mg/g c/ 50 g e aplicadores geléia vaginal	uni	500					
254	Metronidazol 250 mg	cp	4000					
255	Metronifazol 40 mg/ml suspensão oral	uni	2000					
256	Miconazol 20 mg/g c/ 80 g e aplicadores creme ginecológico	uni	300					
257	Midazolam 5mg/ml-injetavel-ampola de 10ml – EV, IM e retal	uni	5000					
258	Mononitrato de isosorbida 20 mg	cp	30000					
259	Montelucaste sódico 5 mg	cp	10000					
260	Morfina 1 mg/ml c/ 2 ml injetável	uni	500					
261	Morfina 10 mg/ml injetavel	uni	2000					
262	Neomicina+bacitracina 5 mg/g+250 UI/g c/ 15 g pomada	uni	3000					
263	Nifedipino 20mg	cp	25000					
264	Nimesulida 100 mg	cp	40000					
265	Nimesulida 50 mg/ml gotas	unid	2000					
266	Nistatina 100 000 UI/ ml suspensão oral	uni	500					
267	Nitrazepam 5mg	cp	8000					
268	Nitrofurual 2 mg/g c/ 30g pomada	uni	500					
269	Nitrofurantoina 100 mg	cp	18000					
270	Nitroglicerina 5mg/ml-ampola de 5ml	unid	200					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



271	Nitroprusseto de sódio 25 mg/ml c/ 2 ml injetável	uni	200					
272	Norepinefrina 2mg/ml c/ 4 ml	uni	3000					
273	Noretisterona 0,35 mg	cp	10000					
274	Norfloxacino 400 mg	cp	30000					
275	Óleo mineral solução c/ 100 ml	uni	500					
276	Omeprazol 20mg	cp	200000					
277	Omeprazol 40 mg + diluente + Fr + Ampola c/25 10 ml injetável	uni	2000					
278	Ondansetrona 8 mg	cp	25000					
279	Oxcarbazepina 300 mg	cp	3000					
280	Oxcarbazepina 600 mg	cp	3000					
281	Palmitato de retinol(vitamina A),cloridrato de tiamina(vitaminaB1),5-fosfato sodico de riboflavina(vitamina B2),nicotinamida(vitamina PP),cloridrato de piridoxina(vitamina B6),dexpantenol(vitamina B5),biotina(vitamina H),acido ascórbico(vitamina C),colecalfiferol(vitamina D),acetato de tocoferol (vitamina E)-gotas-frasco 20ml	uni	200					
282	Paracetamol 200 mg/ml c/ 15 ml gotas	uni	1000					
283	Paracetamol 500 mg	cp	50000					
284	Paracetamol 500 mg +codeína 30 mg	cp	40000					
285	Pentoxifilina 20 mg/ml c/ 5 ml injetável	uni	300					
286	Pentoxifilina 400mg	cp	8000					
287	Periciazina gotas 1% 20 mL	unid	200					
288	Periciazina gotas 4%-20ml	unid	300					
289	Pilocarpina 2%	unid	24					
290	Piracetam 800 mg	cp	30000					
291	Pirimetamina 25 mg	cp	1000					
292	Policresuleno solução - 12 ml	unid	100					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



293	Policresuleno+ cloridrato de cinchocaína pomada c/ 30 gramas + aplicador	unid	300					
294	Polissulfato de mucopolissacarideo gel 5mg/g c/ 40 g	uni	500					
295	Prednisolona 3 mg/ml c/ 120 ml suspensão	uni	1000					
296	Prednisona 20 mg com blíster Embalagem Fracionada fracionamento	cp	15000					
297	Prednisona 5 mg com blíster Embalagem Fracionada	cp	20000					
298	Pregabalina 75mg	cp	80000					
299	Progesterona natural micronizada 200mg	cp	1000					
300	Propatilnitrato 10 mg	cp	50000					
301	Propranolol 40 mg	cp	20000					
302	Proximetacaina 5 mg/ml colírio	unid	60					
303	Ramipril 5 mg	cp	30000					
304	Ramipril 2,5 mg	cp	3000					
305	Rifamicina sódica 10 mg/ml c/20 ml spray	uni	500					
306	Risperidona 1mg Embalagem Fracionada	cp	30000					
307	Risperidona 2mg Embalagem Fracionada	cp	50000					
308	Rocurônio 10 mg/ml c/ 5 ml	uni	1000					
309	Salbutamol 100 mcg spray	uni	1000					
310	Salbutamol xarope com 100ml	uni	500					
311	Succinato de metoprolol 100 mg	cp	45000					
312	Succinato de metoprolol 50 mg	cp	45000					
313	Sulfadiazina 500 mg	cp	3000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



314	Sulfadiazina de prata 10mg/g (1%) creme	unid	500					
315	Sulfametoxazol + trimetoprima 40mg/ml+8 mg/ml c/ 100 mlsuspensão	uni	500					
316	Sulfametoxazol+Trimetropina 400+80 Mg	uni	8000					
317	Sulfato de atropina 25mg/ml c/1ml	uni	1000					
318	Sulfato de magnésio 10% EV ampola	unid	100					
319	Sulfato de terbutalina 0,5mg/ml injetável	uni	300					
320	Sulfato ferroso 25 mg/ml c/ 30 ml gotas	uni	300					
321	Sulfato ferroso 40mg	cp	30000					
322	Sulpirida 50 mg	cp	20000					
323	Tartarato de metoprolol 100mg	cp	20000					
324	Tartarato de metoprolol injetável 1mg/mL 5 ml	uni	500					
325	Tiabendazol 50 mg/g pomada 45 g	uni	100					
326	Tiamazol 10mg	cp	8000					
327	Tiamina 100 mg injetável	unid	1500					
328	Tibolona 2,5 mg	cp	4000					
329	Tinidazol+nitrato de miconazol-80gr	unid	100					
330	Tiocolchicosideo 2mg/ml injetavel	unid	1000					
331	Topiramato 25 mg Embagem Fracoionada	cp	200000					
332	Tramadol 100 mg cps	cp	20000					
333	Tramadol 100 mg injetável EV	uni	5000					
334	Tramadol 50 mg Embalagem Fracionada	cp	20000					
335	Varfarina sódica 5mg	cp	40000					
336	Verapamil 80 mg	cp	10000					



PREFEITURA DE MONTE ALTO



337	Vitaminas e sais minerais, vit D, cobre, ferro, sódio, fluoreto de iodeto de potássio, sulfato de magnésio, A, B1, B2, C, nicotinamida, Vitamina B6, B12, vit E, ácido fólico, pantotenato de cálcio, fosfato de cálcio, sulfato de manganês, sulf. de potássio, sulfato de zinco e cloridrato de lisina.	cp	50000					
338	Zuclopentixol 10 mg	cp	3000					
Item	Especificação	Unid.	Quantidade estimada	Marca ofertada	Indicação da quantidade da embalagem	Número registro ANVISA	Valor unitário ofertado R\$	Valor subtotal R\$
ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE								
339	Tobramicina 3mg/g c/ 5 ml colírio	uni	200					
340	Ticlopidina 250mg	cp	3000					
341	Tropicamida 1% colírio	unid	100					
VALOR TOTAL DA PROPOSTA								

I – O prazo de validade de nossa proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da abertura dos envelopes nº 2 (proposta).

II – Declaramos que o **VALOR DE CADA PROCEDIMENTO E O TOTAL DA PROPOSTA** são irrealizáveis, e nele estão incluídos

- a) os tributos, fretes, alimentação, estadia, encargos sociais;
- b) as despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza; e,
- c) todos os componentes de custo dos bens necessários à perfeita satisfação do objeto desta licitação.

III – Declaramos, ainda, conhecer integralmente os termos do **Edital do Pregão nº 138/2.022** e seus anexos, aos quais nos sujeitamos.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CEP:

FONE:

FAX:

E-MAIL:

CNPJ:

CONTA CORRENTE BANCÁRIA:

_____, ____ de _____ de 2.022.
(CIDADE)

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

NOME COMPLETO:

CARGO:

PESSOA CREDENCIADA OU AUTORIZADA PARA ASSINAR O FUTURO CONTRATO

NOME COMPLETO:

CARGO:

CPF:

RG:

Nota: O proponente deverá rubricar a 1ª via desta planilha/proposta.

MODELO - A PROPOSTA DEVE SER EMITIDA EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE



ANEXO II

Minuta de Termo de Credenciamento

À
Prefeitura Municipal de Monte Alto – SP
Ref.: Pregão Presencial nº ____/____.

_____, empresa devidamente constituída com sede na _____, nº _____, cidade de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, e Inscrição Estadual nº _____, Representada por seu (sua) procurador(a) infra-assinado(a) vem pela presente através deste instrumento de mandato nomear e constituir o Sr. _____, portador da Cédula de identidade R.G. nº _____, e do CPF: _____, junto a este órgão público, como representante ao qual confere plenos poderes irretratáveis e irrevogáveis para impetrar, impugnar ou desistir de recursos, firma declarações e em geral toma todas e quaisquer deliberações atinentes a esta licitação, inclusive assinatura de proposta e contratos, podendo formular lances verbais e praticar todos os atos inerentes ao certame em todas as fases licitatórias.

_____, de ____ de _____ de 2.022



PREFEITURA DE MONTE ALTO



ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº __/2.022

PROCESSO SA/DL Nº __/2.022

Pela presente Ata de Registro de Preços, de um lado **A PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALTO**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 51.816.247/0001-11, doravante denominada **PREFEITURA**, representada pelo senhor _____, Secretário de _____, RG: _____ e CPF nº _____, de acordo com a atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 13, do Decreto nº 2.127, de 11 de outubro de 2.005 e ulteriores alterações, e de outro lado a empresa “_____”, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, sediada na _____, nº. _____, da cidade de _____, Estado de _____, CEP _____, telefone (____) _____, e-mail: _____, adjudicatária do Pregão para Registro de Preços nº __/2.022, representada por _____, senhor(a) _____, portador(a) do RG nº _____, CPF nº _____, daqui por diante denominada **FORNECEDORA**, resolvem **REGISTRAR** os preços, com integral observância da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações posteriores e do Decreto nº 2.127, de outubro de 2.005 e ulteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 – DO OBJETO E PREÇOS

1.1 – Constitui objeto da presente Ata o registro de preço do item dela constante, nos termos do artigo 15, da Lei Federal nº 8.666/93, e do Decreto Municipal nº 2.127, de 11 de outubro de 2.005 e ulteriores alterações.

1.2 - O preço registrado tem caráter orientativo (preço máximo), cabendo aos Órgãos Participantes a obrigação de promover pesquisa de mercado antes da utilização desta Ata, pesquisa essa cujo resultado deverá constar do campo próprio da requisição.

1.3 – O preço registrado na presente Ata refere-se aos seguintes itens e quantidades estimadas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	UNID	MARCA	Nº DE REGISTRO NA ANVISA	R\$ UNITÁRIO	R\$ SUBTOTAL
VALOR TOTAL							



2 – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de __ (____) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

3 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA

3.1 – A **FORNECEDORA** deverá providenciar a retirada da Autorização de Fornecimento ou a assinatura de termo contratual, conforme o caso, no prazo de 5 (cinco) dias corridos a partir da data do recebimento da notificação do Departamento de Administração de Materiais, órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

3.1.1 – O compromisso de fornecimento ou execução só estará caracterizado mediante o recebimento de um ou do outro instrumento contratual referidos no item 3.1, desta cláusula.

3.1.2 – Se a **FORNECEDORA** se negar a receber a Autorização de Fornecimento/Execução ou o termo contratual, estes deverão ser enviados pelo correio, considerando-se como efetivamente recebidos na data do registro da correspondência, para todos os efeitos legais.

3.2 – No ato da assinatura do contrato ou da retirada da Autorização de Fornecimento/Execução, a **FORNECEDORA** deverá apresentar cópia autenticada dos seguintes documentos:

3.2.1 – Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal (incluindo as contribuições sociais);

3.2.2 – Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.2.3 – Certidão Negativa de débitos tributários mobiliários, expedida pelo Departamento de Tributos e Rendas do Município de Monte Alto, ainda que a empresa tenha sede em outro Município. No caso da empresa não estiver inscrita no Cadastro de Contribuintes deste Município, declaração firmada por seu representante legal, especificando que nada deve à Fazenda de Monte Alto, relativamente aos tributos ou taxas relacionados com o objeto licitado.

3.3 – O prazo para a entrega dos produtos será o constante do termo contratual, da Autorização de Fornecimento de Fornecimento, correndo por conta da **FORNECEDORA**, todas as despesas decorrentes de frete, embalagem, seguros, obrigações sociais, mão-de-obra, impostos, taxas e demais encargos não especificados, não podendo invocar dúvida ou



PREFEITURA DE MONTE ALTO



hipótese para a modificação do(s) preço(s) registrado(s).

3.4 – O objeto da presente Ata será entregue na _____, na rua _____, nº ____, que promoverá ampla conferência das especificações e quantidades recebidas. Concluindo pela conformidade e aceitação, aporá recibo no verso do documento fiscal correspondente, caracterizando assim o recebimento definitivo de que trata o artigo 73, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4.1 – Se, durante o prazo de vigência da presente Ata, o material/produto entregue apresentar quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a **FORNECEDORA** deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela **PREFEITURA**.

3.5 - A **FORNECEDORA** fica obrigada a atender todas as Autorizações de Fornecimento recebidas durante a vigência da Ata, ainda que o efetivo cumprimento ocorra após o término deste prazo.

4 – DAS PENALIDADES

4.1 – Pelo descumprimento do ajuste, a **FORNECEDORA** sujeitar-se-á às multas moratórias previstas no Decreto nº 1.624, de 26 de junho de 2.001, garantido o exercício da prévia e ampla defesa.

4.1.1 – Se o impedimento à retirada da Autorização de Fornecimento/Execução ou à assinatura do termo contratual, decorrer da não apresentação dos documentos elencados no item 3.2, da cláusula anterior desta Ata, aplicar-se-á a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho correspondente.

4.1.2 – É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.

5 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data do efetivo recebimento do objeto, atestado na forma do item 3.4, da cláusula terceira desta Ata.

5.1.1 – A contagem do prazo para pagamento considerará dias corridos e terá início e encerramento em dias de expediente normal na sede administrativa da **PREFEITURA**.



5.1.2 – Caso haja a necessidade de providências complementares por parte da **FORNECEDORA**, ou ocorram outras situações impeditivas à liquidação da despesa, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas foram cumpridas.

5.2 - A **FORNECEDORA** deverá atentar às normas estabelecidas no protocolo ICMS 42/09, que estabelece a obrigação de emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

5.3 – O pagamento do objeto desta Ata será efetuado por ordem ou depósito bancário em conta corrente indicada na proposta comercial da **FORNECEDORA**.

6 – DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS

6.1 – Durante o período de vigência da Ata, os preços registrados não sofrerão reajustamentos, ressalvada a superveniência de normais federais ou estaduais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos apresentada pela **FORNECEDORA**.

6.2 – Durante a validade da Ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Independentemente da provocação do Órgão Gerenciador do SRP, no caso de redução dos preços de mercado, ainda que temporária, a **FORNECEDORA** obriga-se a comunicar à **PREFEITURA** o novo preço que substituirá o então registrado.

6.2.1 – Caso a **FORNECEDORA** venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à **PREFEITURA**, ficará sujeita à restituição do que houver recebido indevidamente.

7 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

7.1 – As contratações decorrentes desta Ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade superior da **PREFEITURA**, à vista da prévia e obrigatória pesquisa de preços realizada pelo Órgão Participante, da qual possa verificar-se a compatibilidade do preço registrado com o do mercado.

7.2 – A formalização das contratações derivadas desta Ata dar-se-á através da emissão da



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Nota de Empenho pelo Departamento de Contabilidade da **PREFEITURA**, precedida da Autorização de Fornecimento ou, conforme o caso, do termo contratual.

8 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 – Para solucionar quaisquer questões oriundas desta Ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Monte Alto, Estado de São Paulo.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes a presente Ata, em três vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Monte Alto, ____ de _____ de 2.022.

PREFEITURA

FORNECEDORA

TESTEMUNHAS



PREFEITURA DE MONTE ALTO



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: _____

ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____



PREFEITURA DE MONTE ALTO



AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Monte Alto – SP
Ref.: Pregão Presencial nº ____/____

Prezados Senhores

Para fins de atendimento ao disposto no **item 3.3, do capítulo 3** “**Das condições para participação**”, do Edital relativo à licitação em referência, **DECLARAMOS** que, estamos cumprindo plenamente com as exigências e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório.

_____, ____ de _____ de 2.022.
(localidade)

(assinatura)

Nome: _____

RG: _____



ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
SUPERVENIENTE IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO**

À
Prefeitura Municipal de Monte Alto – SP
Ref.: **Pregão Presencial** nº ____/____

_____(nome da empresa), CNPJ nº _____, sediada em
_____(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra
assinado, **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data, inexistem
fatos impeditivos para a sua habilitação no presente **PREGÃO (presencial) nº**
____/2.022, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data _____

Assinatura _____
Nome e nº da identidade do representante legal



ANEXO VI

**TERMO DE OPÇÃO E DECLARAÇÃO PARA
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

_____, com sede na _____,
nº _____, cidade de _____ CNPJ nº _____, vem
através de seu representante legal infra-assinado, com fundamento no
artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar nº 123, de 15 de
dezembro 2.006, manifestar a sua opção pelo tratamento diferenciado e
favorecido, estando apta a usufruir do tratamento ali previsto.

DECLARA ainda, ser.

Microempresa e não haver nenhum dos
impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da Lei
Complementar nº 123/2006.

Empresa de pequeno porte e não haver
nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do artigo 3º da
Lei Complementar nº 123/2006.

_____, ____ de _____ de 2.022.
(localidade)

(assinatura)

Nome: _____

RG: _____



ANEXO VII

DECRETO Nº 1.624, 26 DE JUNHO DE 2.001

Estabelece Normas para a aplicação nas multas previstas na lei federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, alterada posteriormente e dá outras providências

APARECIDO DONIZETE SARTOR, Prefeito (Prefeito Município de Monte Alto, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 71, inciso IX. da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando o disposto no artigo 115, da Lei Federal 8 666, de 21 de junho de 1.993, com as modificações introduzidas pelas Leis ns. 8.883 e 9.648 respectivamente de 08 de junho de 1.994 e 27 de maio do 1.998. ...

DECRETA;

Artigo 1º - A aplicação de multas resultantes da caracterização das hipóteses indicadas nos artigos 81 (caput), 86 e 87. da Lei 11º 8.666/93 e suas alterações posteriores obedecerá ao disposto neste decreto.

Artigo 2º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado nos editais de licitações instauradas pela Administração Direta do Município de Monte Alto, ensejará a aplicação de multa de mora correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do respectivo ajuste ou da obrigação assumida.

Artigo 3º - A inexecução total ou parcial do contrato celebrado ou compromisso assumido, autoriza a aplicação de multa:

I - de 20 a 30% (trinta por cento) calculada sobre o valor total ou parte da obrigação não cumprida;

II - no valor igual à diferença de preço resultante da nova contratação realizada para complementação do interrompido;

§ Único - As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

Artigo 4º - O atraso injustificado na execução do serviço, obra ou fornecimento de material, sujeitará o contrato à multa de mora. calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na seguinte proporção:

I - de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao dia, para até 30 (Trinta) dias de atraso;

II - de 0,40% (quarenta centésimos por cento) ao dia a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso.

§ 1º - O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo estabelecido para cumprimento da obrigação, até o dia anterior ao da sua efetivação.

§ . 2º - Para cálculo do valor da multa adotar-se-á o método de acumulação simples, que significa a mera multiplicação da taxa pelo número de dias de atraso e pelo valor correspondente à obrigação não cumprida.



PREFEITURA DE MONTE ALTO



Artigo 5º - O material recusado deverá ser substituído dentro do prazo fixado pela Administração, que não excederá a 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

§ Único - A não ocorrência da substituição no prazo ensejará a aplicação de multa prevista no artigo 3º deste decreto, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil subsequente no término do prazo fixado no caput deste artigo.

Artigo 6º - A aplicação das multas de que trata o presente decreto, ficará vinculado a realização do regular processo administrativo.

§ 1º - Ao infrator será assegurada ampla defesa, devendo ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação do ato.

§ 2º - Em se tratando de contratos derivados de licitação na modalidade de convite ou decorrentes de dispensa de licitação enquadrada nas hipóteses previstas nos incisos I e II, do artigo 24, do Estatuto das Licitações, o prazo do parágrafo anterior será de 2 (dois) dias úteis.

Artigo 7º - As multas estabelecidas neste decreto, quando for o caso deverão ser pagas com a garantia prestada na assinatura do contrato ou instrumento equivalente, ou descontadas dos pagamentos eventualmente devidos.

§ Único - Na hipótese do pagamento das multas não ocorrer na forma prevista no caput deste artigo, a cobrança será objeto de medidas administrativas ou judiciais, incidindo correção monetária diária no período compreendido entre o dia imediatamente seguinte à data final para liquidação do débito e aquela em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação do IGP-M/FGV, ou outro índice que venha substituí-lo.

Artigo 8º - As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, alterada posteriormente.

Artigo 9º - As disposições constantes deste decreto aplicam-se também às obras, serviços e compras que, nos termos da legislação vigente, forem efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 10º - Os instrumentos convocatórios deverão, doravante obrigatoriamente, fazer menção deste decreto para que dele tenham ciência os interessados em contratar com o Município de Monte Alto.

Artigo 11º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Monte Alto, 26 de junho de 2001.